

CONCURSO PÚBLICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO
PARÁ
EDITAL Nº 01/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

CADERNO DE PROVA – TARDE
TIPO 3

ADVOGADO - BELÉM/PA

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Este caderno de prova contém **50 (Cinquenta)** questões de múltipla escolha, de **1 a 50** e distribuídas da seguinte forma:
 - 1 a 5 - Língua Portuguesa
 - 6 a 10 - Raciocínio Lógico e Matemático
 - 11 a 15 - Legislação Aplicada ao CRM-PA
 - 16 a 20 - Noções de Administração Pública
 - 21 a 50 - Conhecimentos Específicos
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões de múltipla escolha, são apresentadas **4 (quatro)** alternativas de resposta. Apenas **1 (uma)** resposta responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
5. Reserve tempo suficiente para o preenchimento da folha de respostas (prova objetiva).
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados para avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **1 (uma) hora** de seu início, mas somente poderá levar consigo o caderno de questões no decurso dos últimos **30 (trinta)** minutos anteriores ao horário determinado para o encerramento da prova.
8. Não será permitida a anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio.
9. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas.
10. Boa prova!

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

O fenômeno que explica por que iguanas estão despencando de árvores com onda de frio na Flórida

A Flórida tem enfrentado, nos últimos dias, uma onda de frio incomum para seus padrões climáticos. O estado norte-americano, conhecido como Estado do Sol e tradicionalmente associado a altas temperaturas, registrou no último fim de semana marcas térmicas que não eram observadas havia mais de uma década.

Nas cidades de Miami e Fort Lauderdale, principais centros urbanos do sul da Flórida, os termômetros chegaram a indicar mínimas próximas de zero grau centígrado, os níveis mais baixos desde 2010. Entre os animais mais afetados por esse fenômeno estão as iguanas.

As baixas temperaturas provocam nesses répteis uma condição de imobilidade, semelhante a um estado catatônico ou de paralisia temporária. Quando dormem nas árvores, as iguanas perdem a firmeza do corpo e caem no chão. Apesar da aparência inerte, elas permanecem vivas.

Outros répteis, como tartarugas marinhas e cobras, também sofrem episódios de hipotermia durante períodos de frio intenso. No caso específico das iguanas, a Comissão de Conservação de Peixes e Vida Selvagem da Flórida emitiu alertas sobre o risco de quedas desses animais das árvores em razão das temperaturas extremas registradas recentemente.

Diante da situação, uma ordem executiva excepcional passou a permitir que cidadãos que presenciarem a queda de iguanas em suas propriedades possam removê-las e encaminhá-las às autoridades competentes. A comissão reforça que a iguana-verde é considerada uma espécie invasora, cuja presença causa impactos negativos aos ecossistemas locais.

As autoridades também reiteraram advertências já feitas em anos anteriores sobre os riscos de levar esses animais para dentro de casas ou veículos na tentativa de aquecê-los. Segundo a comissão, iguanas-verdes selvagens podem se recuperar rapidamente do estado de paralisia causado pelo frio e se tornar agressivas, utilizando caudas, dentes e garras afiadas como defesa.

A maioria das iguanas presentes no sul da Flórida tem origem em regiões mais quentes da América Central e do Sul, onde não há exposição a temperaturas tão baixas. Por serem animais de sangue frio, elas dependem do calor externo para regular a temperatura corporal.

Quando os termômetros caem abaixo de dez graus centígrados, algumas iguanas entram em um estado semelhante à hibernação, tornando-se letárgicas. Para sobreviver, reduzem ao mínimo seus processos corporais, como o fluxo sanguíneo e a frequência

cardíaca, e chegam a mudar de coloração, passando do verde vivo para tons acinzentados. Com a elevação das temperaturas, porém, retomam gradualmente suas funções e aparência normais.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3vegxl5e76o>. adaptado.

Questão 01

O texto apresenta os efeitos de uma onda de frio incomum na Flórida e descreve, de forma articulada, as consequências fisiológicas para as iguanas e as medidas adotadas pelas autoridades.

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- (A) As advertências das autoridades indicam que o principal problema decorrente da onda de frio é o risco de acidentes causados pelas quedas das iguanas, e não a condição biológica desses répteis.
- (B) O texto associa a ocorrência das quedas ao fato de as iguanas serem uma espécie invasora, cuja adaptação limitada ao ambiente local potencializa os efeitos do frio extremo.
- (C) A menção à origem das iguanas em regiões mais quentes tem a função de justificar por que elas não enfrentam, em seu habitat original, temperaturas capazes de provocar estados de letargia.
- (D) A queda das iguanas está relacionada à perda temporária de firmeza corporal causada pelo frio intenso, sem caracterizar dano permanente.

Questão 02

Outros répteis, como tartarugas marinhas e cobras, também sofrem episódios de "hipotermia" durante períodos de frio intenso.

Quanto à formação da palavra destacada, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de palavra formada por derivação sufixal, a partir do adjetivo "término", com acréscimo do sufixo "-ia".
- (B) Trata-se de palavra formada por composição por justaposição, reunindo dois radicais autônomos sem alteração fonética.
- (C) Trata-se de palavra formada por derivação prefixal, com prefixo "hipo-" e base nominal "termia".
- (D) Trata-se de palavra formada por derivação parassintética, com acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo à base verbal.

Questão 03

O estado norte-americano, conhecido como Estado do Sol e tradicionalmente associado a altas temperaturas, registrou no último fim de semana marcas térmicas que não eram observadas havia mais de uma década.

Sintaticamente, é correto afirmar que, nesse período:

- (A) O período é simples, uma vez que as formas verbais presentes não estabelecem relação de subordinação sintática.
- (B) Há uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio e uma oração subordinada adjetiva restritiva desenvolvida.
- (C) O período apresenta duas orações subordinadas adjetivas explicativas desenvolvidas, ambas dependentes do mesmo termo antecedente.
- (D) O segmento "conhecido como Estado do Sol e tradicionalmente associado a altas temperaturas" constitui oração subordinada adjetiva reduzida com valor restritivo.

Questão 04

Com a elevação das temperaturas, porém, retomam gradualmente suas funções e aparência normais.

Quanto à concordância nominal, é CORRETO afirmar que, nessa frase:

- (A) O emprego do plural decorre de concordância atrativa com o substantivo "funções", por ser o núcleo mais próximo do adjetivo.
- (B) A forma plural do adjetivo indica concordância exclusiva com o primeiro substantivo da coordenação, independentemente do sentido global da expressão.
- (C) O adjetivo "normais" concorda no plural por incidir semanticamente sobre os dois núcleos coordenados, "funções" e "aparência".
- (D) A concordância no plural resulta do fato de "aparência" exercer função de aposto explicativo em relação a "funções".

Questão 05

Diante da situação, uma ordem executiva excepcional passou a permitir que cidadãos que "presenciarem" a queda de iguanas em suas propriedades.

O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no:

- (A) Futuro do presente do indicativo.
- (B) Futuro do subjuntivo.
- (C) Pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (D) Presente do subjuntivo.

Básico - Raciocínio Lógico e Matemático

Questão 06

Considere as hipóteses:

- I. Se o relatório é aprovado, então o projeto é executado.
 - II. O projeto não foi executado.
 - III. Se o projeto é executado, então os recursos foram liberados.
 - IV. Os recursos foram liberados.
- Assinale a conclusão que decorre necessariamente.
- (A) O projeto foi executado.
 - (B) Os recursos não foram liberados.
 - (C) O relatório foi aprovado.
 - (D) O relatório não foi aprovado.

Questão 07

Uma equipe técnica executa 12 relatórios em 8 dias, trabalhando 5 horas por dia. Mantendo o mesmo rendimento, quantos dias serão necessários para produzir 18 relatórios com 6 horas diárias de trabalho?

- (A) 12 dias.
- (B) 8 dias.
- (C) 9 dias.
- (D) 10 dias.

Questão 08

Um relatório apresenta quatro afirmações sobre reajustes financeiros aplicados a um valor inicial de R\$ 2.000. Analise as assertivas e classifique como verdadeira (V) ou falsa (F).

- () Um aumento de 10% eleva o valor para R\$ 2.200.
- () Uma redução de 10% após o aumento retorna o valor a R\$ 2.000.
- () Dois aumentos sucessivos de 10% resultam em R\$ 2.420.
- () Um aumento de 20% equivale exatamente a dois aumentos de 10%.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 09

Em uma competição de ciclismo, cinco atletas — Larissa, Mateus, Natália, Paulo e Renato — cruzaram a linha de chegada em momentos distintos. Sabe-se que Larissa terminou a prova depois de Natália, Mateus concluiu antes de Paulo e Renato finalizou após Larissa. Considerando apenas essas informações, assinale a alternativa que apresenta uma relação de ordem que necessariamente ocorre em qualquer classificação possível.

- (A) Natália terminou antes de Larissa e antes de Renato.
- (B) Renato terminou antes de Natália e depois de Mateus.
- (C) Larissa terminou antes de Mateus e antes de Paulo.
- (D) Mateus terminou depois de Paulo e depois de Renato.

Questão 10

Em um balanço financeiro simplificado, uma instituição registra entradas de $\frac{3}{4}$ de milhão e saídas equivalentes a 0,35 milhão, além de uma despesa adicional de $\frac{1}{5}$ de milhão. Qual é o saldo final, em milhões, após todas as operações?

- (A) O saldo final é de 0,3 milhão.
- (B) O saldo final é de 0,15 milhão.
- (C) O saldo final é de 0,25 milhão.
- (D) O saldo final é de 0,2 milhão.

Básico - Legislação Aplicada ao CRM-PA

Questão 11

O Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, estabelece os limites éticos para a atuação profissional em diversos cenários. Considerando as normas sobre responsabilidade profissional e a relação com terceiros, analise as afirmativas a seguir.

I.É vedado ao médico afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem deixar outro médico encarregado do atendimento de seus pacientes em estado grave.

II.O médico é responsável por qualquer erro cometido em virtude de sua prescrição quando esta for executada por terceiros, independentemente de falhas técnicas na execução do procedimento.

III.Na publicidade médica, o profissional deve indicar obrigatoriamente o seu nome, o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e o número do Registro de Qualificação de Especialista.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) III apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 12

A atuação dos Conselhos Regionais de Medicina exige a observância de legislações que disciplinam tanto o ato profissional quanto o tratamento de dados pessoais. Acerca das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e da Lei do Ato Médico, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O tratamento de dados pessoais sensíveis, como o histórico de saúde do paciente, é permitido sem consentimento quando necessário para a proteção da vida ou da incolumidade física.

() A Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, estabelece que a coordenação e supervisão de serviços de auditoria médica são atividades privativas do profissional médico habilitado.

() Os Conselhos Regionais de Medicina são dispensados da indicação de um encarregado pelo tratamento de dados pessoais em razão de sua natureza de autarquia de regime especial.

() A Lei de Acesso à Informação garante a transparência de todos os dados contidos nos prontuários médicos sob guarda dos Conselhos, independentemente da autorização do paciente.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, V, F.

Questão 13

A estrutura federativa dos Conselhos de Medicina estabelece uma hierarquia administrativa e disciplinar específica, na qual os Conselhos Regionais de Medicina atuam como instâncias de fiscalização direta. De acordo com a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, modificada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, no que tange às competências para a imposição de penalidades e a arrecadação de receitas, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe aos Conselhos Regionais de Medicina a aplicação de penas disciplinares aos seus membros, bem como a fixação e cobrança das contribuições anuais, multas e taxas incidentes sobre o exercício profissional de pessoas físicas e jurídicas.
- (B) As multas aplicadas por infrações éticas devem ser recolhidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo vedada a utilização desses recursos para a manutenção da fiscalização exercida pelos Conselhos Regionais de Medicina.
- (C) O Conselho Federal de Medicina detém a competência para arrecadar diretamente as anuidades dos médicos de todo o país, redistribuindo os valores aos Conselhos Regionais de Medicina conforme critérios de produtividade institucional.
- (D) A fixação dos valores das anuidades e taxas devidas aos Conselhos de Medicina é de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo os Conselhos Regionais de Medicina meros agentes arrecadadores sem autonomia administrativa.

Questão 14

A inscrição nos Conselhos de Medicina é o ato formal que habilita o profissional ao exercício da medicina em determinada jurisdição, sujeitando-o às normas regulamentares. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O médico que exerça a medicina em caráter temporário em jurisdição de outro Conselho Regional de Medicina por prazo superior a noventa dias deve providenciar sua inscrição secundária.

() A inscrição do médico estrangeiro nos Conselhos Regionais de Medicina exige a apresentação de prova de revalidação do diploma em instituição pública, conforme a legislação vigente de educação.

() O cancelamento da inscrição profissional ocorre mediante pedido do interessado ou por decisão judicial, mas não pode ser efetivado se houver processo ético-profissional em trâmite.

() O Conselho Federal de Medicina funciona como tribunal superior de ética e possui a atribuição de organizar o cadastro nacional de médicos para fins de fiscalização sistêmica.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 15

O Processo Ético-Profissional nos Conselhos de Medicina obedece a um rito específico que garante o contraditório e a ampla defesa. Nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.306, de 17 de março de 2022, em relação à fase de instrução e ao julgamento de infrações, assinale a alternativa correta.

- (A) A sindicância, como fase preliminar, tem caráter punitivo imediato caso as evidências iniciais apontem para a prática de negligência, imprudência ou imperícia médica.
- (B) A interdição cautelar do exercício profissional pode ser decretada pelo Conselho Regional de Medicina quando houver prova inequívoca de procedimento que coloque em risco a saúde da população.
- (C) O médico denunciado deve ser notificado para apresentar defesa prévia no prazo de trinta dias, sendo vedada a prorrogação deste prazo mesmo em situações de força maior documental.
- (D) As penas de suspensão do exercício profissional por até trinta dias e a cassação do exercício profissional exigem quórum de maioria simples para aprovação no Plenário do Conselho Regional de Medicina.

Básico - Noções de Administração Pública

Questão 16

Ao analisar um ato administrativo que concedeu autorização para funcionamento de determinada atividade econômica, verificou-se que todos os requisitos legais objetivos estavam presentes, mas a autoridade optou por indeferir o pedido com base em critérios de conveniência administrativa devidamente fundamentados. O interessado recorreu ao Poder Judiciário buscando a revisão do conteúdo decisório do ato. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA sobre o controle judicial aplicável.

- (A) O controle judicial é vedado, pois atos discricionários são insuscetíveis de revisão.
- (B) O Judiciário pode anular o ato sempre que houver decisão administrativa desfavorável ao particular.
- (C) O Judiciário pode substituir a decisão administrativa quando discordar da conveniência adotada.
- (D) O Judiciário pode controlar apenas a legalidade, não alcançando o mérito administrativo.

Questão 17

No processo de modernização administrativa, determinado ente federativo optou por transferir a execução de um serviço público típico para uma entidade criada por lei específica, dotada de personalidade jurídica própria e patrimônio próprio, permanecendo sob controle estatal. A medida foi adotada para conferir maior especialização técnica e autonomia gerencial, sem afastar a titularidade do serviço. Considerando esse cenário, assinale a alternativa CORRETA quanto à técnica administrativa empregada.

- (A) Terceirização administrativa, com transferência integral da titularidade do serviço.
- (B) Desconcentração administrativa, mediante delegação funcional sem personalidade jurídica.
- (C) Descentralização administrativa, com criação de entidade da Administração Indireta.
- (D) Centralização administrativa, com redistribuição interna de competências estatais.

Questão 18

No exercício de função pública temporária, um agente foi designado para atuar em atividade específica da Administração, sem vínculo efetivo ou emprego público permanente. Durante o desempenho da função, praticou ato incompatível com os deveres éticos inerentes ao serviço público, mesmo sem ocupação de cargo ou emprego formal. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA quanto ao enquadramento jurídico do agente.

- (A) A ética profissional aplica-se apenas a servidores ocupantes de cargos permanentes.
- (B) O agente não responde administrativamente por não ocupar cargo público efetivo.
- (C) A responsabilidade do agente limita-se à esfera civil, excluindo a administrativa.
- (D) O agente está sujeito aos deveres éticos e à responsabilização administrativa.

Questão 19

Em um órgão da Administração Direta federal, o chefe do órgão determinou a remoção de determinado servidor efetivo para outro setor estratégico, justificando informalmente a decisão como necessária ao interesse institucional. O ato foi praticado sem instauração de processo administrativo prévio e sem qualquer motivação formal registrada, em afronta aos deveres de transparência e probidade administrativa, apesar de não haver urgência operacional comprovada nem situação excepcional que justificasse a dispensa de fundamentação.

O servidor questiona a legalidade do ato, alegando afronta direta aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Diante desse contexto, assinale a alternativa CORRETA quanto ao princípio violado de forma precisa.

- (A) Legalidade administrativa, pois a remoção exige autorização legislativa específica.
- (B) Eficiência administrativa, em razão da possível inadequação funcional do servidor removido.
- (C) Impessoalidade administrativa, por inexistir benefício coletivo na decisão adotada.
- (D) Moralidade administrativa, pela ausência de motivação explícita do ato administrativo.

Questão 20

Durante auditoria interna, constatou-se que determinado ato administrativo foi praticado por autoridade competente e com finalidade pública legítima, porém apresentava vício sanável relacionado à forma exigida pela norma. Antes de qualquer impugnação judicial, a própria Administração decidiu corrigir o defeito, preservando os efeitos produzidos. À luz do Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA quanto à providência adotada.

- (A) Configura revogação administrativa por razões de conveniência e oportunidade.
- (B) Trata-se de anulação obrigatória, em razão da nulidade absoluta do ato.
- (C) Trata-se de convalidação de ato administrativo com vício sanável.
- (D) Representa invalidação judicial necessária, ainda que o vício seja formal.

Conhecimentos específicos

Questão 21

No âmbito de agência reguladora, foi editado regulamento impondo obrigações adicionais aos particulares, não previstas na lei instituidora do setor regulado. A Procuradoria foi provocada a analisar os limites do poder regulamentar, considerando a autonomia técnica da entidade. À luz do regime constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A inovação normativa é admissível se fundamentada em critérios técnicos e econômicos setoriais.
- (B) A validade do regulamento depende apenas de posterior convalidação legislativa tácita.
- (C) O regulamento é válido, pois a autonomia técnica autoriza criação de deveres originários.
- (D) O regulamento é inválido, pois o poder regulamentar não pode inovar além da lei.

Questão 22

Empregado contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por empresa pública teve sua jornada e remuneração alteradas unilateralmente pelo empregador, sem sua concordância expressa, sob o argumento de reorganização administrativa interna. A situação foi submetida à análise jurídica preventiva. Considerando a legislação trabalhista, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A alteração é inválida, pois resulta em prejuízo ao empregado sem o seu mútuo consentimento.
- (B) A alteração é admissível se houver compensação futura ajustada unilateralmente pelo empregador.
- (C) A alteração é válida se demonstrada necessidade administrativa relevante da empresa pública.
- (D) A mudança é lícita em razão da supremacia do interesse público sobre o contrato individual de trabalho.

Questão 23

Em razão de reorganização administrativa, determinado cargo público foi extinto por lei, inexistindo, naquele momento, cargo compatível para imediato aproveitamento do servidor estável. Consultada sobre as consequências jurídicas, a assessoria jurídica analisou o regime constitucional dos servidores públicos. Diante da situação, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Impõe-se aposentadoria compulsória, ainda que ausente tempo mínimo de contribuição.
- (B) É cabível readaptação provisória, mesmo inexistindo cargo compatível no quadro funcional.
- (C) O vínculo funcional é automaticamente extinto com a supressão legal do cargo ocupado.
- (D) O servidor deve ser colocado em disponibilidade remunerada até adequado aproveitamento.

Questão 24

Empresa pública manteve trabalhador por sucessivos contratos temporários, apesar da presença contínua de subordinação, pessoalidade, habitualidade e onerosidade. Instada a avaliar a situação sob a ótica trabalhista, a consultoria jurídica analisou o caso à luz da primazia da realidade. Diante disso, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Trata-se de relação de trabalho válida, em razão da natureza jurídica da empresa pública contratante.
- (B) A contratação é lícita, pois empresas públicas não se submetem aos requisitos do vínculo empregatício.
- (C) Está caracterizada relação de emprego, independentemente da forma contratual adotada.
- (D) O vínculo é nulo, sem repercussões jurídicas ou trabalhistas para as partes envolvidas.

Questão 25

Durante negociação contratual, uma das partes exerceu direito previsto em lei de forma a causar prejuízo deliberado e desproporcional à outra, sem obter vantagem legítima correspondente. Ao analisar o caso à luz do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É ato lícito regular, pois o exercício formal de direito afasta qualquer ilicitude.
- (B) Configura fraude à lei, por violação direta e objetiva de norma cogente.
- (C) Trata-se de abuso de direito, pelo exercício anormal da posição jurídica.
- (D) Implica nulidade absoluta do negócio jurídico, independentemente de prova do prejuízo causado.

Questão 26

No curso de processo administrativo disciplinar, a autoridade competente indeferiu pedido de produção de prova relevante sem apresentar motivação, proferindo decisão sancionatória ao final. Ao examinar o procedimento à luz da Constituição e da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O processo é regular, em razão da discricionariedade administrativa na condução da instrução probatória.
- (B) O processo é anulável apenas se demonstrado prejuízo concreto ao interesse público primário.
- (C) O processo é válido, pois decisões disciplinares prescindem de motivação expressa e detalhada.
- (D) O processo é nulo, pois houve violação aos princípios da motivação e da ampla defesa.

Questão 27

No âmbito da administração tributária, discutiu-se o momento de constituição do crédito tributário, bem como a distinção entre obrigação tributária, lançamento e exigibilidade do crédito. A Procuradoria foi instada a se manifestar sobre o tema à luz do Código Tributário Nacional.

Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir e assinale V (VERDADEIRO) ou F (FALSO).

() A constituição do crédito tributário ocorre com o lançamento regularmente efetuado, independentemente da posterior notificação do sujeito passivo para fins de exigibilidade.

() O lançamento tributário é ato administrativo vinculado, dotado de efeitos jurídicos próprios, responsável por constituir o crédito tributário.

() O crédito tributário nasce automaticamente com a ocorrência do fato gerador, sendo o lançamento mero ato de reconhecimento formal.

() A obrigação tributária surge com o fato gerador, enquanto o crédito tributário depende de lançamento para sua constituição.

Assinale a alternativa CORRETA, de cima para baixo.

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, V, F, V.

Questão 28

Após o trânsito em julgado de sentença trabalhista condenatória proferida contra empresa pública prestadora de serviço público essencial, atuando sob regime jurídico de direito público, iniciou-se a execução, surgindo controvérsia quanto ao regime constitucional de pagamento das verbas reconhecidas judicialmente. A Procuradoria foi instada a se manifestar, considerando o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria.

Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir.

I. Empresas públicas prestadoras de serviço público submetem-se ao regime constitucional de pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor, conforme o montante da condenação.

II. O regime de precatórios decorre da natureza pública da atividade desempenhada pela empresa pública e da proteção ao equilíbrio orçamentário estatal.

III. A execução trabalhista contra empresa pública prestadora de serviço público segue, necessariamente, o mesmo regime aplicável às empresas privadas.

IV. A submissão ao regime de requisição de pequeno valor não afasta a incidência do regime de precatórios quando ultrapassado o limite legalmente estabelecido.

Assinale a alternativa que contém somente as assertivas CORRETAS.

- (A) I, II e IV apenas.
- (B) III e IV apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 29

No acompanhamento de projeto de lei que interferia diretamente na execução orçamentária do Poder Executivo, o advogado público identificou norma que determinava a prática de ato administrativo concreto, impondo obrigação de execução típica do Executivo, sem previsão constitucional expressa. A análise concentrou-se no princípio da separação dos poderes e nos limites de atuação do Legislativo sobre funções típicas do Executivo. Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A interferência é admissível sempre que houver interesse público primário declarado.
- (B) A norma é válida, pois o Legislativo exerce supremacia funcional sobre os demais poderes.
- (C) Há violação à separação dos poderes se o Legislativo interfere em função típica do Executivo.
- (D) A constitucionalidade depende apenas da sanção do Chefe do Poder Executivo.

Questão 30

Durante auditoria realizada por Tribunal de Contas, foram identificadas irregularidades em contratos administrativos, ainda que não houvesse comprovação imediata de dano ao erário. A Administração foi instada a adotar providências à luz do sistema constitucional e legal de controle da Administração Pública.

Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir e assinale V (VERDADEIRO) ou F (FALSO).

() O controle exercido pelos Tribunais de Contas pode abranger a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos administrativos, ainda que inexistente dano imediato ao erário.

() A atuação do Tribunal de Contas restringe-se à verificação formal das despesas públicas, sendo vedada a análise de aspectos materiais dos contratos administrativos.

() A inexistência de dano ao erário impede a adoção de medidas corretivas ou sancionatórias pelos órgãos de controle.

() O controle externo independe de provocação do Poder Executivo, podendo ser exercido de ofício pelo Tribunal de Contas.

Assinale a alternativa CORRETA, de cima para baixo.

- (A) V, V, V, F.
- (B) F, V, F V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, F, V, V.

Questão 31

Na revisão de contrato de concessão de serviço público, constatou-se que o concessionário vinha descumprindo padrões mínimos de continuidade e adequação na prestação do serviço, com prejuízo direto aos usuários. Diante desse cenário, o ente concedente passou a avaliar as medidas jurídicas cabíveis, à luz do regime jurídico aplicável aos serviços públicos.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O concessionário pode interromper o serviço por razões econômicas próprias, desde que comunique previamente.
- (B) A continuidade e a adequação constituem deveres essenciais na prestação do serviço público concedido.
- (C) A fiscalização estatal pode ser flexibilizada após a assinatura do contrato de concessão.
- (D) O usuário não dispõe de instrumentos jurídicos próprios para tutela de seus direitos na execução do serviço concedido.

Questão 32

No planejamento de política pública social, o Estado firmou parceria com entidade privada sem fins lucrativos, com repasse de recursos públicos, definição de metas e fiscalização permanente da execução das atividades. A consultoria jurídica foi acionada para enquadrar juridicamente a entidade e o vínculo estabelecido. Considerando o modelo administrativo brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Trata-se de entidade do Terceiro Setor, que coopera com o Estado sem integrar a Administração Pública.
- (B) A entidade passa a integrar a Administração Indireta em razão da execução de atividade pública financiada.
- (C) A parceria transforma a entidade em extensão do Estado, equiparando-a a autarquia especial.
- (D) O ajuste configura concessão de serviço público, submetida integralmente ao regime jurídico administrativo.

Questão 33

Durante reavaliação de política pública, verificou-se que determinado ato administrativo, embora válido e eficaz, deixou de atender ao interesse público atual, sem apresentar qualquer vício de legalidade. A assessoria jurídica foi consultada sobre a providência cabível. À luz da teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O ato pode ser revogado por razões de conveniência e oportunidade, com efeitos futuros.
- (B) O ato permanece intangível em razão da proteção absoluta da segurança jurídica.
- (C) A extinção do ato exige prévia autorização judicial com trânsito em julgado.
- (D) O ato deve ser anulado, pois a superveniência de interesse público gera ilegalidade.

Questão 34

Após sentença desfavorável ao ente público, a Procuradoria avaliou o recurso cabível para impugnar decisão que continha erro de julgamento, e não vício formal. Considerando o sistema recursal do Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A correção do erro exige ação rescisória imediata.
- (B) O vício deve ser sanado exclusivamente por reclamação constitucional.
- (C) Cabem embargos de declaração para rediscutir o mérito da decisão.
- (D) O recurso adequado é a apelação, para impugnar erro de julgamento.

Questão 35

No exame de ocupação irregular de bem público por particular, a Procuradoria avaliou a natureza jurídica do bem e os efeitos da posse exercida. Considerando o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Bens públicos são imprescritíveis, não se sujeitando à usucapião.
- (B) A ocupação gera direito real pleno após decurso do prazo legal.
- (C) A posse prolongada converte automaticamente o bem público em privado.
- (D) O uso irregular transforma o bem público em dominical automaticamente.

Questão 36

Em contrato administrativo regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração promoveu alteração unilateral para adequar o objeto ao interesse público superveniente, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado. A atuação foi questionada judicialmente, sob o argumento de violação à autonomia contratual do particular.

Considerando o regime legal aplicável aos contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O contrato administrativo é imutável após sua formalização regular.
- (B) A modificação contratual exige sempre concordância expressa do contratado.
- (C) A alteração unilateral é admissível, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) A Lei nº 14.133/2021 veda alterações unilaterais pela Administração.

Questão 37

Em fiscalização tributária, constatou-se a ocorrência do fato gerador, mas inexistia lei vigente que definisse a alíquota aplicável à época. Diante de consulta formulada à Procuradoria, considerando o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O tributo é inexigível, pois depende de lei que defina todos os elementos essenciais.
- (B) A exigência é válida se suprida por decreto regulamentar editado pelo Poder Executivo.
- (C) O tributo é exigível com aplicação da alíquota vigente à época do lançamento tributário.
- (D) O crédito tributário nasce automaticamente com o fato gerador, ainda que ausente previsão legal.

Questão 38

Em empresa pública, foi implantado sistema de compensação de jornada sem a celebração de acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, tampouco amparo em autorização legal específica, o que resultou na supressão do pagamento de horas extras habitualmente prestadas pelos empregados. A situação foi submetida à análise jurídica preventiva. Considerando a legislação trabalhista vigente, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A compensação é inválida se não respeitar os requisitos legais e normativos.
- (B) O sistema é válido se houver concordância tácita dos empregados envolvidos.
- (C) A irregularidade é irrelevante diante do interesse público da empresa estatal.
- (D) A compensação pode ser instituída unilateralmente pelo empregador público.

Questão 39

Ao examinar a estrutura administrativa municipal, constatou-se a criação, por lei específica, de entidade dotada de personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa, incumbida da execução de atividade típica de Estado, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle finalístico. Considerando o modelo constitucional de descentralização administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Configura fundação pública de direito privado, em razão da autonomia administrativa e da afetação a finalidade pública específica.
- (B) Enquadra-se como sociedade de economia mista, em razão da personalidade jurídica própria e da vinculação ao Poder Público.
- (C) Caracteriza empresa pública, pois executa serviço público essencial mediante descentralização administrativa do ente instituidor.
- (D) Trata-se de autarquia, criada por lei específica, integrante da Administração Indireta e sujeita ao regime jurídico público.

Questão 40

No acompanhamento jurídico de programa estadual de infraestrutura econômica, constatou-se que determinado gestor passou a direcionar decisões administrativas para favorecer grupo econômico específico, ainda que os atos praticados estivessem formalmente de acordo com a legislação vigente. A Procuradoria foi provocada a analisar a conduta à luz dos princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente considerando a ausência de violação literal à lei. Diante do caso concreto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A atuação é válida, pois a legalidade formal afasta o controle por outros princípios constitucionais.
- (B) O vício somente se configura se houver comprovação objetiva de dano financeiro ao erário público.
- (C) A conduta viola a moralidade administrativa, que exige padrão ético mesmo em atos formalmente legais.
- (D) A situação caracteriza irregularidade sanável, insuscetível de controle judicial por envolver mérito administrativo.

Questão 41

No exercício da consultoria jurídica interna, foi identificada a exoneração de servidor público fundada em motivo posteriormente comprovado como inexistente, embora a autoridade responsável fosse formalmente competente para a prática do ato. A análise concentrou-se na validade do ato administrativo à luz da teoria clássica aplicada ao tema no Direito Administrativo brasileiro.

Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir.

I.A validade do ato administrativo pode ser comprometida quando o motivo declarado pela Administração revela-se inexistente ou falso, ainda que se trate de ato discricionário.

II.A inexistência ou falsidade do motivo declarado compromete a validade do ato administrativo, por força da teoria dos motivos determinantes.

III.A competência da autoridade para praticar o ato é suficiente para preservar sua validade, ainda que o motivo declarado seja inexistente.

IV.A Administração Pública vincula-se aos motivos que explicita como fundamento do ato, quando estes se apresentam como determinantes para a sua prática.

Assinale a alternativa que contém somente as assertivas CORRETAS.

- (A) III e IV apenas.
- (B) I, II e IV apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 42

Na elaboração de petição inicial proposta contra ente público, o autor formulou pedido genérico sem demonstrar a impossibilidade de quantificação ou a dependência de ato do réu. A Procuradoria suscitou vício processual. Considerando o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O pedido deve ser interpretado extensivamente, independentemente de requisitos legais expressos.
- (B) O pedido é válido, pois demandas contra a Fazenda Pública admitem técnica processual flexível.
- (C) O vício é irrelevante, podendo ser suprido automaticamente no momento da sentença.
- (D) O pedido é inepto, pois o pedido genérico é exceção admitida apenas nas hipóteses legais.

Questão 43

No exercício da consultoria jurídica preventiva, um advogado público analisou lei estadual que autorizava o compartilhamento de dados pessoais sensíveis de cidadãos com empresas privadas executoras de políticas públicas, sem exigir consentimento do titular nem prever critérios claros de finalidade, segurança e controle. O parecer deveria considerar a dignidade da pessoa humana, a evolução constitucional da privacidade e a proteção de dados como direito fundamental. Diante desse contexto normativo, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É constitucional, pois a execução de políticas públicas permite o compartilhamento amplo de dados pessoais sempre que houver interesse administrativo declarado.
- (B) Viola direitos fundamentais, pois a proteção de dados exige base constitucional e legal específica, com finalidade legítima e proporcionalidade.
- (C) É parcialmente constitucional, pois a delegação de atividade estatal a particulares autoriza relativizar a intimidade sem exigência de consentimento formal.
- (D) É válida, desde que o compartilhamento seja autorizado por ato administrativo motivado, ainda que ausentes critérios legais específicos.

Questão 44

Em análise de demanda judicial envolvendo pretensão patrimonial, constatou-se que o titular permaneceu inerte por período superior ao prazo legal, inexistindo causas de suspensão ou interrupção. A discussão concentrou-se na perda da pretensão. À luz do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Ocorreu prescrição, extinguindo a pretensão pelo decurso do prazo legal.
- (B) A pretensão subsiste, pois a prescrição não se aplica a direitos patrimoniais disponíveis.
- (C) A inércia é irrelevante, pois a prescrição depende de provocação administrativa prévia.
- (D) Configurou-se decadência, que atinge o próprio direito subjetivo material.

Questão 45

Durante execução de obra pública regularmente contratada, erro técnico de agente estatal causou dano a particular, inexistindo culpa da vítima. A Procuradoria foi instada a analisar a responsabilidade do Estado e eventual direito regressivo. Considerando o regime constitucional aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Estado não responde, pois o dano decorreu de atividade lícita regularmente exercida.
- (B) O Estado responde objetivamente, assegurado direito de regresso em caso de dolo ou culpa.
- (C) O dever de indenizar depende da demonstração de enriquecimento ilícito estatal.
- (D) A responsabilidade é subjetiva, exigindo comprovação de culpa direta do ente público.

Questão 46

Em controvérsia federativa, determinado município instituiu imposto cuja hipótese de incidência é idêntica àquela já prevista para tributo de competência estadual, gerando conflito direto de competências tributárias. A Procuradoria municipal foi instada a avaliar a validade da exação à luz do sistema constitucional tributário.

Diante desse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O tributo é inconstitucional, por violação à competência tributária.
- (B) A validade depende de lei complementar autorizativa da União.
- (C) O conflito pode ser resolvido por convênio celebrado entre os entes federativos.
- (D) O imposto é válido, desde que não haja bitributação material efetiva.

Questão 47

Durante análise jurídica de política pública de incentivo econômico, verificou-se que o Estado concedeu benefícios a determinado setor produtivo sem observância dos princípios gerais da atividade econômica. A Procuradoria avaliou a compatibilidade da medida com a Constituição Federal. À luz da ordem econômica constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A ordem econômica autoriza benefícios discricionários sem fundamento constitucional.
- (B) A intervenção estatal deve respeitar a livre concorrência e a função social da propriedade.
- (C) A validade da política independe de observância aos princípios econômicos constitucionais.
- (D) O Estado pode favorecer setores econômicos sem limitação, por força da soberania nacional.

Questão 48

No exame de conduta de agente público que violou princípios da Administração sem causar dano patrimonial, discutiu-se a incidência da Lei de Improbidade Administrativa. A Procuradoria analisou o enquadramento jurídico. Considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A responsabilização depende exclusivamente de decisão administrativa prévia.
- (B) A violação a princípios pode configurar improbidade, ainda que sem dano ao erário.
- (C) A conduta é atípica se não houver enriquecimento ilícito do agente.
- (D) A improbidade exige sempre prejuízo financeiro comprovado ao Estado.

Questão 49

No exame de ação judicial proposta contra ente público, o magistrado constatou a ausência de pressuposto processual essencial à constituição e ao desenvolvimento válido do processo, deixando a parte autora de sanar o vício no prazo legal oportunamente concedido. Em razão disso, o feito foi extinto sem resolução do mérito, nos termos da sistemática prevista no Código de Processo Civil.

Diante desse contexto, analise as assertivas a seguir.

I.A ausência de pressuposto processual essencial impede o desenvolvimento válido do processo, autorizando sua extinção sem resolução do mérito.

II.A extinção do processo, nessa hipótese, decorre da inexistência de condição necessária à formação regular da relação processual.

III.A decisão judicial fundamenta-se em vício de natureza processual, e não em juízo de mérito acerca da pretensão deduzida.

IV.A extinção sem resolução do mérito, nesse caso, equivale ao reconhecimento da improcedência do pedido formulado pelo autor.

Assinale a alternativa que contém somente as assertivas CORRETAS.

- (A) III e IV apenas.
- (B) I e IV apenas.
- (C) I, II e III apenas.
- (D) II e IV apenas.

Questão 50

No contexto de fiscalização ambiental, agentes públicos determinaram a interdição de atividade econômica sem risco iminente e sem observância mínima do contraditório, constatando-se posteriormente que a medida visava prioritariamente aumentar a arrecadação do ente estatal. Instado a se manifestar, o advogado público analisou a conduta à luz do regime jurídico-administrativo. Diante da situação, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Houve abuso de poder por desvio de finalidade, com uso do poder de polícia para atender interesse secundário.
- (B) Tratou-se de manifestação legítima do poder hierárquico, insuscetível de controle externo por envolver mérito administrativo.
- (C) Configurou exercício regular do poder de polícia, pois a supremacia do interesse público autoriza medidas restritivas amplas.
- (D) A conduta caracteriza discricionariedade plena, afastando controle judicial quanto aos motivos e à finalidade do ato.

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

A atuação dos conselhos profissionais ultrapassa a fiscalização do exercício profissional, envolvendo também decisões administrativas, gestão de recursos e prestação de contas à sociedade. Nesse contexto, a transparência, a responsabilidade administrativa e a existência de mecanismos de controle constituem elementos essenciais para o fortalecimento institucional e para a proteção do interesse público.

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da transparência, da responsabilidade administrativa e dos mecanismos de controle na atuação dos conselhos profissionais.

**USE O ESPAÇO ABAIXO COMO RASCUNHO E DEPOIS TRANSCREVA
PARA A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

